

Ulysses tenta convencer Quéricia a apoiar 4 anos

São Paulo — O crescimento da tendência pelos quatro anos dentro do PMDB e a própria candidatura do deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República são as questões centrais do encontro que ocorrerá hoje à tarde entre o presidente da Constituinte e do PMDB e o governador Orestes Quéricia, às 16 horas.

Quéricia, que já se posicionou por um mandato presidencial de seis anos (para que a eleição coincidissem com a renovação do Congresso, dizia), reformulou sua posição e passou a defender cinco anos, quando o presidente José Sarney definiu-se por esse prazo. Até para o seu projeto pessoal de candidatar-se à Presidência, os quatro anos nunca receberam o apoio do governador. Será justamente para convencê-lo da necessidade e conveniência de eleições presidenciais ainda este ano que Ulysses parassará no Palácio do Morumbi, antes de voltar a Brasília e retomar os trabalhos na Constituinte.

A bancada paulista do PMDB na Constituinte, que até então estava dividida entre os quatro e cinco anos de forma igualitária, hoje já tende mais para os quatro anos (19 dos 28 deputados federais querem eleições este ano). Isso, aliado ao próprio descontentamento interno no partido e até o relacionamento deteriorado com o governo, além da crise econômica do País, está levando o deputado Ulysses a assumir a defesa dos quatro anos.



Visita ao sul, a 9 de março, já será como candidato

Constituintes prevêem acordo para sistema

Parlamentares presidencialistas estão certos de que a fórmula mitigada de sistema de Governo, atribuindo ao Primeiro-Ministro funções de ministro-coordenador, nomeado e demitido pelo Presidente da República, poderia ser aprovada mediante acordo na Constituinte, se Ulysses Guimarães assumir a liderança do movimento. O presidente do PMDB, neste caso, seria o Primeiro-Ministro.

Presidencialistas e parlamentaristas consideram "muito difícil" a Constituinte aprovar um ou outro sistema sem acordo. Daí a retomada de negociações na busca do presidencialismo congressual, com o Presidente da República dividindo atribuições com o Primeiro-Ministro, assegurando o fortalecimento do Poder Legislativo. "O presidente Sarney aceita esta fórmula" — informou anteontem o secretário-geral do PMDB, deputado (presidencialista) Milton Reis (MG), após audiência no Palácio do Planalto.

A proposta é de autoria dos deputados Manoel Moreira (SP) e Milton Reis (MG), presidencialistas, e do deputado Cid Carvalho (MA), parlamentarista. Segundo o deputado mineiro, Sarney gostou e aceitou a proposta, considerando, inclusive, necessário dividir as responsabilidades das funções no Executivo.

Falando francamente com o Presidente, Milton Reis informou que de 15 a 20 constituintes que apoiavam mandato de cinco anos já mudaram e votarão pelos quatro anos. "Mas ainda dá para aprovar mandato de cinco anos, com 290 votos", disse Milton Reis. Quanto ao sistema de Governo, perdura o equilíbrio. Mas líderes do grupo parlamentarista interpartidário garantem que a proposta já é majoritária.

As mudanças de cinco para quatro anos estão acontecendo, principalmente, nas bancadas do PMDB de São Paulo e de Minas. Segundo os parlamentares, os governadores Orestes Quéricia e Newton Cardoso deixaram de pedir aos constituintes para apoiar cinco anos.

Milton Reis reconheceu, na conversa com Sarney, que a opinião pública deseja muito mais eleições gerais, de Presidente a vereador, do que apenas eleições presidenciais.

Aureliano é lançado candidato em um mês

Porto Alegre — Na sua próxima visita ao Rio Grande do Sul, entre 9 e 11 de março, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, já deverá ser candidato à Presidência da República pelo PFL, segundo informou ontem o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli. Nesta visita, Aureliano anunciará empreendimentos relativos à duplicação da capacidade do Polo Petroquímico do Sul, com investimentos da ordem de US\$ 45 milhões. Ao mesmo tempo participará de reunião com os dirigentes regionais do PFL, para discutir estratégias para a eleição presidencial.

Chiarelli entende que até esta data a Assembleia Nacional Constituinte já terá decidido sobre a duração do mandato presidencial e o sistema de governo, fazendo com que Aureliano, candidato natural do PFL à Presidência, ao retornar a Brasília, depois desta visita, entregue imediatamente o cargo ao presidente Sarney. Segundo o senador, Aureliano deverá ficar à disposição do partido para concorrer à Convenção Nacional, que escolherá o candidato da Frente Liberal às eleições presidenciais, que a seu ver deverão ocorrer ainda este ano.

Pazzianotto prega as eleições gerais em 89

Campinas — Eleições gerais para a Presidência da República, governos de Estado, Senado e Câmara Federal e Estadual no próximo ano. Esta é a proposta defendida pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, afirmando que "apenas as eleições para prefeitos e vereadores devem acontecer este ano". Segundo Pazzianotto, que descansou o feriado de carnaval em seu sítio no município de Tietê, "é ruim se ter um Presidente novo com um Congresso velho", afirmando, porém, que é possível ainda acontecerem as eleições diretas para a Presidência da República este ano. Só acho que a Constituinte deveria começar a pensar numa fórmula duradoura para coincidência de mandatos entre o Presidente e o Congresso".

Negando-se a conversar sobre política — "no meu sítio quero ter uma chance de relaxar e esquecer problemas" —, o ministro Pazzianotto não confirmou a sua saída do PMDB para disputar as eleições a prefeitura de São Paulo: "Que eu quero ser prefeito é público, entretanto, não sei sequer se conseguirei me candidatar". Nos carros que estavam em seu sítio, vários plásticos com a frase "Pazzianotto para prefeito de São Paulo-88" estavam nos vidros. "São plásticos feitos por amigos que pensam na possibilidade e não obra minha", afirmou o ministro, que não confirmou o encontro com membros do PTB paulista neste carnaval e negou

que esteja deixando o PMDB."

Rompimento

Falando sobre o possível rompimento do seu partido com o Governo, que será decidido no encontro da Executiva Nacional, Pazzianotto foi enfático: "Não sei se isso será colocado na pauta de discussão do PMDB, mas acho o rompimento uma decisão drástica, logo, o partido tem que pesar esta medida. O que eu sei é que o Governo Sarney não pode se manter com a aliança apenas do Centrão. Ter aliados como Roberto Cardoso Alves e Dasso Coimbra, que afirmam sempre que é dando que se recebe, não sei se é realmente ter aliados". Para o ministro do Trabalho, "se o PMDB, contudo, decidir realmente romper com o Governo eu acredito que ele deva também deixar para cada ministro a decisão de continuar ou não fazendo parte do Governo; desde que cada um saiba que o faz, a partir daí, por conta própria. No meu caso, tudo irá depender das razões que o partido apresentar para o rompimento".

Com relação às mudanças na política salarial que o ministério da Fazenda está propondo de alterar o pagamento mensal da URP por uma nova sistemática trimestral — Pazzianotto deixou claro que "não vê mudança ainda". Para o ministro, "é preciso em qualquer alteração na política salarial se dar ao trabalho uma garantia da queda real da inflação, não através de choques, mas em razão do reequilíbrio natural da economia.

CUT promete mais 1 milhão de cartazes

São Paulo — O Estado de São Paulo deverá ser "inundado" por um milhão de panfletos, a partir de hoje, que a Central Única dos Trabalhadores distribuirá para "pressionar os constituintes". Diferentes dos cartazes apreendidos pela Polícia Federal, em que membros do Centrão eram acusados de "traidores do povo", os novos panfletos/cartazes da CUT prometem ser menos agressivos.

Pelo menos é o que esperam alguns sindicatos filiados à central sindical. Provavelmente sem os telefones e endereços dos parlamentares do Centrão, os novos panfletos e cartazes continuarão trazendo fotos e partidos políticos a que pertencem os elementos visados (26 em São Paulo, mas o número pode subir), com a inclusão de Ricardo Izar, do PFL, "esquecido" no anterior.

O ABC, que tinha recebido cinco mil cartazes dos "procurados traidores do povo", distribuiu mais 20 mil na sexta-feira que antecedeu ao carnaval. Para esta semana estão sendo esperados 100 mil cartazes e 130 mil panfletos (ou boletins da CUT). A distribuição nos sete municípios da região — Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra — e em Mogi das Cruzes será feita pelos sindicatos, basicamente dos químicos e dos metalúrgicos de Santo André e o de São Bernardo, e sociedades amigos de bairro.

"Esse é o momento preciso de pressionarmos os constituintes", disse ontem o presidente eleito dos metalúrgicos de Santo André, João Avamileno, lembrando que entre os dias 22 e 26 próximos estarão sendo votados no plenário da Assembleia Nacional Constituinte as questões sociais dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho, liberdade e autonomia sindical e a estabilidade no emprego.

Segundo o sindicalista, os políticos "precisam lembrar que os trabalhadores existem". E prega a continuidade do processo de denúncia até que essas reivindicações sejam atendidas. Avamileno entende que o momento é oportuno para "mexer com a sensibilidade" dos políticos. E explica: "A Central Única tem o dever de denunciar os políticos, independentemente de partidos, que decaíram da confiança do povo. Até porque, este ano pode haver eleições municipais e presidenciais".

O presidente da CUT estadual, Jorge Coelho, confirmou na sexta-feira última que um milhão de novos cartazes estavam sendo preparados e que o Estado de São Paulo seria mapeado em cinco regiões: ABC e Santos, Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Campinas e Sorocaba, Ribeirão Preto e Franca.

Avaliação de adversários é coincidente

Dois constituintes, o vice-líder do PFL, senador Edison Lobão, um dos fundadores do Centrão e o deputado José Costa (PMDB-AL) do grupo histórico do partido majoritário, concordaram que a nova Constituição corresponderá às expectativas da sociedade brasileira por estar sendo votada, através de entendimento.

"A Constituição não está saindo tão ruim quando se prenunciava precisamente pelo inusitado da falta de maioria de qualquer dos dois lados. Isso obriga a todos a se sentarem à mesa do bom senso e da negociação. O resultado tem sido a aprovação de dispositivos negociados no que diz respeito ao direito de propriedade e à reforma agrária", registrou o representante do Maranhão. Segundo Lobão "outro ponto polêmico, o relativo à estabilidade, está sendo negociado. Só sai através do entendimento. O fruto disso é que não teremos uma Constituição acelerada de esquerda nem retrógrada de direita".

Segundo José Costa «depois das sucessivas derrotas dos grupos radicais, foi restabelecido o clima de entendimento, em plenário, o que tem permitido a aprovação das melhores soluções num ritmo que nos faz crer que o Brasil, em prazo não superior a 90 dias, terá sua nova Constituição. O que já foi aprovado, no tocante aos direitos e garantias individuais e coletivas, ficou ao melhor nível das melhores constituições européias».